

SOB AS SOMBRAS DO LEÃO DE BRONZE: o Instituto Histórico de Carpina-PE e a consolidação da comunidade imaginada carpinense

UNDER THE SHADOW OF THE COPPER LION: the Historical Institute of Carpina-PE and the consolidation of the imagined carpinense community

José Pereira de Sousa Júnior¹
Renan Marques Birro²

RESUMO: O presente artigo oferece as primeiras impressões obtidas após a digitalização do acervo do Instituto Histórico de Carpina-PE, situado na Mata Norte Pernambucana. Embora seja uma instituição com mais de sessenta anos, sendo criado em 1962, o Instituto de Carpina é pouco conhecido, mesmo entre os residentes da cidade, conquanto disponha de um rico acervo. Neste ínterim, o texto inicialmente propôs uma digressão para tratar do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como seu congênere pernambucano. Ato contínuo, o artigo se dedicou ao trato dos jornais de circulação local preservados pelo Instituto Histórico de Carpina-PE para refletir como ele contribuiu não apenas para a salvaguarda do material, mas para a consolidação de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008) e uma identidade local carpinense.

PALAVRAS CHAVE: Instituto Histórico de Carpina, comunidade imaginada, Carpina-PE, Pernambuco.

ABSTRACT: This article offers the first impressions obtained after digitizing the collection of the Historical Institute of Carpina, located in the Mata Norte region of Pernambuco. Although it is an institution that is over sixty years old, the Carpina Institute is little known, even among the city's residents, even though it has a rich collection. In the meantime, the text initially proposed a digression to deal with the Brazilian Historical and Geographical

¹ Doutor em História do Brasil pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Professor permanente da Universidade de Pernambuco - UPE / Campus Mata Norte, Professor do ProfHistória da UPE, professor colaborador do PPGH - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, Vice Coordenador do Curso de História, Coordenador do PIBID de História e membro do NEABI - Núcleo de Estudos Afrobrasileiro e Indígena - Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Email: josepereira.junior@upe.br, ID Lattes: 3838287945502936

² Professor de História Medieval e Ensino de História Medieval dos cursos de Licenciatura em História (EAD e presencial) da Universidade de Pernambuco/Campus Mata Norte (UPE/CMN); professor permanente do Programa de Pós-Graduação Profissional em Rede em Ensino de História da UPE/CMN e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo. Vice-coordenador do Leitorado Antigo: Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História Antiga e Medieval da UPE/CMN. Email: renan.birro@upe.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1456-8196>.

Institute, as well as its Pernambuco counterpart. The article then turned to the local newspapers preserved by the Carpina-PE Historical Institute to reflect on how it contributed not only to safeguarding the material, but also to consolidating an imagined community (ANDERSON, 2008) and a local identity in Carpina.

KEYWORDS: Instituto Histórico de Carpina, imagined communities, Carpina-PE, Pernambuco.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta as primeiras impressões obtidas após a digitalização e consulta do acervo do Instituto Histórico de Carpina-PE, cidade assentada na Mata Norte pernambucana e a 60 km ao Norte do Recife. A instituição, apesar de sexagenária, é pouco conhecida até mesmo pelos habitantes dali, mas ainda abriga um farto acervo de história regional e local.

Entrementes, assim como Arno Wehling apontou quanto ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que serviu amiúde como principal instituição norteadora da identidade nacional (2009, p.202), é possível identificar esforços congêneres para a formação de identidades regionais/estaduais a partir da fundação da difusão da ideia para as províncias e Estados - tema que será apontado fortuitamente a posteriori, com particular ênfase para a experiência de Pernambuco.

Neste ínterim, nossa hipótese é que o Instituto Histórico de Carpina-PE teve um papel semelhante ao desempenhado por suas antecessoras de maior abrangência, quer na criação e reforço de narrativas históricas, quer na salvaguarda documental daquilo que era considerado útil pelas elites locais. Desta forma, tentamos dar vazão ao alerta de Wehling, apontado noutro texto, no qual ele atestou que, apesar da longa tradição de estudos sobre essas instituições, ainda havia farto espaço para a inovação (2010, p.9).

Com efeito, ao considerar a produção sobre os Instituto Históricas, que em geral é abrangente e secular, resta evidente uma maior preocupação e produção intelectual acerca do IHGB e seus análogos provinciais/estaduais. Todavia, salvo algumas exceções (e.g. MEIRA, 2015; MIGUEL; FURTADO; SILVA, 2022), há poucos estudos sobre seus equivalentes de âmbito municipal, apesar da prolífica difusão de institutos históricos municipais no Nordeste (cf. OLIVA, 2021).

Consideramos algo pertinente, sobretudo em Pernambuco, visto que a região também abriga o Instituto Histórico, Arqueológico e Geográfico de Goiana, fundado em 1870 - sendo assim o quarto mais antigo do país e o primeiro dedicado apenas a uma cidade. E, mais recentemente, em 2018, foi fundado na vizinhança o Instituto Histórico, Geográfico e Cultural de Limoeiro (IHCGL). Portanto, o presente artigo ganha importância ao oferecer os primeiros passos nessa presente e, simultaneamente, nova e tão necessária frente de trabalho.

Para darmos conta desta árdua tarefa, propusemos uma breve digressão para ponderar acerca do IHGB e de sua posterior difusão para as províncias; ato contínuo, avançaremos para o contexto do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (IHGPE) e seu papel em âmbito regional; por fim, trataremos do Instituto Histórico de Carpina e seu papel para a consolidação de uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008 [1983]) carpinense.

2 O SURGIMENTO DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO (IHGB)

A criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, insere-se em um contexto de grande efervescência política e intelectual no Brasil, um país que, recém-independente, buscava consolidar sua identidade nacional. O IHGB emergiu como uma das principais instituições responsáveis pela construção da historiografia nacional, com o objetivo de legitimar o Império e unificar o país através da valorização do passado histórico. Segundo Barbosa (2014), o IHGB desempenhou um papel estratégico ao promover a coleta e preservação de documentos, além de estimular a produção de estudos históricos que exaltavam os feitos das elites e reforçavam a unidade territorial e cultural do Brasil.

Paralelamente, em 1862, o Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (IHGPE) foi fundado, seguindo o modelo do IHGB, mas com um foco mais regional. O IHGPE foi responsável pela preservação e valorização da história pernambucana, um estado que desempenhou um papel crucial em vários momentos decisivos da história brasileira. Como destaca Gondim (2011), o IHGPE tornou-se um centro importante de pesquisa e produção de conhecimento histórico, articulando as particularidades regionais com a narrativa nacional promovida pelo IHGB. Dessa forma, o IHGPE contribuiu para a

construção de uma historiografia que dialogava tanto com o contexto regional quanto com o nacional.

A historiografia brasileira foi influenciada por essas duas instituições, pois, esses institutos traziam como proposta a construção de uma história fundamentada e subordinada à memória oficial da nação/região, que juntos, contribuíram para a preservação e valorização da memória histórica do Brasil e de Pernambuco. O IHGB e o IHGPE desempenharam um papel fundamental na consolidação de uma visão nacionalista da história, que ajudou a legitimar o poder das elites e a reforçar a unidade territorial e cultural do país. Motta (2016) argumenta que a atuação dessas instituições foi essencial para o desenvolvimento de uma historiografia crítica e reflexiva, que ainda hoje influencia a maneira como a história é ensinada e interpretada no Brasil.

A fundação do IHGB pode ser entendida dentro de um cenário mais amplo, em que as elites imperiais buscavam legitimar o poder político e econômico através de uma narrativa histórica que colocasse o Brasil como uma nação forte e estável. Essa construção narrativa estava intrinsecamente ligada à necessidade de justificar a monarquia, centralizando o poder e estabelecendo um discurso de unidade nacional. Segundo Alencastro (2000), o Brasil, ainda na fase inicial de sua formação, necessitava não só de um aparato político, mas também de uma estrutura simbólica que ajudasse a integrar as diversas províncias e culturas sob uma única identidade nacional. Assim, tornou-se um instrumento dessa construção, promovendo estudos que destacavam a história do país, os feitos dos colonizadores e as particularidades geográficas de cada região.

Essa necessidade de construir uma narrativa que justificasse o Império brasileiro não surgiu de maneira isolada. Segundo Carvalho (2003), as elites políticas do período viam na história uma ferramenta poderosa para estabelecer a ordem e fortalecer a autoridade do monarca. Dessa forma, foi essencial para reunir intelectuais que compartilhavam desse projeto político, construindo uma narrativa histórica que exaltava a monarquia e a figura de Dom Pedro II. O Instituto, portanto, funcionou como um braço cultural do Estado, colaborando para moldar a percepção de uma história brasileira grandiosa, calcada em princípios de ordem e progresso.

No entanto, o processo de criação e disseminação dessa narrativa não foi homogêneo, e o IHGB enfrentou desafios para construir uma história que unificasse as

diversas realidades regionais. Como aponta Dias (2005), a interiorização do poder no Brasil imperial foi uma estratégia fundamental para garantir que a influência do centro chegasse a todas as províncias. Nesse sentido, o IHGB desempenhou um papel importante ao promover a expansão do conhecimento histórico para além do eixo Rio-São Paulo, incentivando a formação de institutos semelhantes em outras províncias. A interiorização do IHGB contribuiu para a disseminação de uma visão nacionalista da história, integrando as diferentes regiões em um projeto comum de nação.

Ainda que a fundação do IHGB tenha sido uma iniciativa centralizada no Rio de Janeiro, sua influência logo se espalhou por outras regiões do Brasil. O Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (IHGPE), por exemplo, foi uma das primeiras filiais do IHGB e desempenhou um papel importante na preservação da memória histórica da região nordeste. Segundo Neves (2013), o IHGPE foi responsável por coletar e organizar documentos históricos de grande relevância, contribuindo para a construção de uma identidade regional forte. O Instituto pernambucano destacou-se por abordar questões locais que muitas vezes eram ignoradas pela historiografia oficial, criando uma ponte entre a narrativa nacionalista do IHGB e as especificidades regionais.

A figura de Dom Pedro II foi central no apoio às atividades do IHGB. O monarca, segundo Schwarcz (1998), via o Instituto como um meio de legitimar seu governo e promover uma imagem de modernidade e progresso. O próprio Dom Pedro II participava ativamente das atividades do IHGB, o que reforçava a ligação entre o Instituto e a Coroa. Sua presença constante nas reuniões e eventos do IHGB conferia ao Instituto um caráter oficial, garantindo que suas produções tivessem peso na formulação da memória histórica do Brasil.

A contribuição do IHGB para a construção da identidade nacional brasileira não se limitou à história. Como aponta Sousa (1957), o Instituto também foi responsável por promover estudos geográficos e etnográficos que ajudaram a consolidar a ideia de uma nação vastamente rica e diversificada. Esses estudos foram essenciais para a compreensão do território brasileiro, seus recursos naturais e sua diversidade cultural, consolidando a imagem de um Brasil com potencial de grandeza. Ao mesmo tempo, a abordagem muitas vezes romantizada dessas características ajudou a fortalecer a ideia de um Brasil destinado ao progresso.

3 A INFLUÊNCIA DO IHGB NO PENSAMENTO HISTÓRICO E SUA EXPANSÃO PELAS PROVÍNCIAS

O IHGB possui o claro objetivo de promover estudos que contribuíssem para o fortalecimento do país, tanto internamente quanto em sua projeção externa. A criação de uma memória nacional, calcada em uma história oficial que unificasse os diferentes contextos regionais, era uma prioridade. Como aponta Barbosa (2014), a instituição foi idealizada como um espaço de reflexão sobre a história e geografia brasileiras, articulando intelectuais de diversas regiões e classes sociais. Dessa forma, ajudou a moldar o entendimento da história como um elemento essencial para o desenvolvimento de um sentimento de nação.

Nesse sentido, a instituição tornou-se um instrumento importante para o Império, que via na história uma forma de legitimar o seu poder e sua continuidade. A construção de uma narrativa que celebrasse as glórias do passado colonial e imperial, destacando o papel das elites, foi um dos seus pilares. Como observa Bethell (2014), a história brasileira foi cuidadosamente articulada pelos intelectuais do Instituto para reforçar a centralidade do monarca e das elites na construção do país, que em nome da construção e consolidação do Império, os membros do IHGB passaram a dedicar suas atividades de pesquisa documental e de produção de memórias, biografias e compilações publicadas nas páginas de seu periódico.

Para Edney Sanchez (2003), o IHGB seria a vitrine das ideias, projetos e discussões sobre ciência, política, economia, sociedade, e destaca que o instituto atravessou a segunda metade do século XIX como porta-voz de um grupo de intelectuais brasileiros próximos ao poder imperial e reunido em torno do Instituto. Sob a proteção do Imperador, o IHGB transformou-se num espaço de sociabilidade, onde conviviam letrados e políticos, que buscavam demonstrar através de seus escritos a importância do instituto como instituição pioneira na pesquisa histórica no Brasil.

Contudo, o impacto não ficou restrito ao eixo Rio-São Paulo, onde a instituição tinha sua sede. A expansão de suas ideias e práticas pelas províncias foi um processo gradual, mas de grande importância para a disseminação de um sentimento de pertencimento nacional. De acordo com Franco (1990), essa expansão se deu por meio da criação de filiais regionais, que reproduziam o modelo e adaptavam suas diretrizes às particularidades locais. Institutos

como o de Pernambuco (fundado em 1862, sendo o mais antigo de natureza regional) e o do Maranhão (1925), por exemplo, desempenharam papéis fundamentais na preservação e valorização das histórias regionais, ao mesmo tempo em que contribuíam para a construção de uma identidade nacional.

A difusão das ideias pelas províncias brasileiras, portanto, foi um dos fatores que permitiu a criação de uma narrativa histórica unificadora, que buscava integrar as diversas realidades regionais dentro de um projeto de nação. Gonçalves (2013) destaca que essa disseminação ajudou a criar um "cânone historiográfico", no qual as histórias locais passaram a ser contadas sob a égide de uma visão nacionalista, que enfatizava a integração territorial e cultural do Brasil. O Instituto, dessa forma, contribuiu para a construção de uma memória histórica que servia aos interesses do Império, ao mesmo tempo em que incorporava as particularidades regionais.

Um aspecto central da influência no pensamento histórico foi a forma como ele articulou o estudo do passado com os desafios do presente. O Instituto promoveu uma visão da história que não se restringia à simples narração de eventos, mas que buscava interpretar o passado à luz das necessidades políticas e sociais do Império. Mattos (2004) argumenta que, ao criar uma historiografia focada no fortalecimento do Estado imperial, estabeleceu uma tradição de escrita da história que tinha como objetivo último a manutenção da ordem política e social. A história, portanto, foi usada como uma ferramenta de legitimação do poder, sendo o principal responsável por difundir essa visão.

Essa visão da história como instrumento de poder foi particularmente evidente na maneira como tratou questões ligadas à identidade nacional. Reis (2007) sugere que o Instituto construiu uma narrativa que reforçava o papel central das elites políticas e econômicas na formação do Brasil, ao mesmo tempo em que minimizava as contribuições das classes populares e dos grupos marginalizados. Essa abordagem, que privilegiava a história dos "grandes homens" e dos feitos heroicos, refletia a necessidade de legitimar o domínio das elites sobre o restante da população. O IHGB, assim, ajudou a consolidar uma visão da história que perpetuava as desigualdades sociais e políticas do período imperial.

Além disso, também desempenhou um papel importante na definição das fronteiras étnicas e culturais do Brasil. Seyferth (1997) destaca que o Instituto foi um dos principais responsáveis pela construção de uma identidade nacional que se baseava na ideia de

“branqueamento” e de valorização da herança europeia em detrimento das contribuições indígenas e africanas. Esse processo de construção identitária, promovido pelo IHGB, teve como consequência a exclusão simbólica de grande parte da população brasileira, que não se encaixava no ideal de "civilização" promovido pela instituição.

Sua expansão pelas províncias, contudo, não foi um processo homogêneo ou isento de tensões. Embora o Instituto tenha conseguido estabelecer filiais em diversas regiões do país, essas filiais muitas vezes adaptavam as diretrizes do IHGB às suas realidades locais, criando uma historiografia regional que dialogava tanto com as narrativas nacionais quanto com as particularidades locais. Gonçalves (2013) argumenta que essa diversidade regional foi uma das grandes contribuições do IHGB para o pensamento histórico brasileiro, na medida em que permitiu a criação de uma historiografia que, embora unificadora, também respeitava as especificidades de cada região.

4 O IHGB E SEU CONTRIBUTO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL E CULTURAL BRASILEIRO

Gonçalves (2013) afirma que ao concentrar esforços na preservação de determinados registros, o IHGB contribuiu para a formação de um cânone historiográfico que serviu não apenas aos interesses imperiais, mas também lançou as bases para o desenvolvimento da história enquanto campo de estudo acadêmico no país. Através da organização sistemática de arquivos e da criação de uma metodologia rigorosa para o estudo das fontes, o Instituto foi responsável por consolidar uma tradição historiográfica crítica e analítica no Brasil, o que foi crucial para o amadurecimento do campo da história no país.

Essa função de preservação e estudo de documentos teve um impacto profundo na forma como a história do Brasil foi escrita e interpretada ao longo dos séculos. O fato de o IHGB se empenhar em garantir a preservação de documentos fundamentais da história brasileira permitiu que gerações subsequentes de historiadores tivessem acesso a fontes primárias, essenciais para o desenvolvimento de uma historiografia mais refinada. Isso reforça a argumentação de Gonçalves (2013), de que o IHGB desempenhou um papel central na formação do pensamento histórico brasileiro, ao estabelecer padrões que viriam a ser seguidos por instituições de ensino e pesquisa no país.

No contexto regional, o Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco (IHGPE) desempenhou papel similar, porém com um foco mais local. A importância de preservar a história de Pernambuco, estado que foi palco de episódios centrais da história do Brasil, como a Insurreição Pernambucana e a Confederação do Equador, é ressaltada por Câmara (2015). O IHGPE, ao preservar documentos que registravam esses acontecimentos, não apenas assegurou a memória desses eventos, mas também fomentou a produção de conhecimento histórico focado na história regional. Esse processo de valorização da história local foi fundamental para a construção de uma identidade regional forte, ancorada no reconhecimento do papel de Pernambuco nos momentos cruciais da história brasileira.

A atuação também ilustra como a preservação de documentos históricos vai além da mera conservação de papéis antigos. Como observa Azevedo (2012), o Instituto pernambucano esteve envolvido em debates históricos e na promoção de eventos que buscavam disseminar o conhecimento acerca da história do estado, contribuindo para que essa fosse reconhecida e valorizada tanto no cenário regional quanto no nacional. Além disso, essas ações de preservação e promoção da história local ajudaram a consolidar um sentimento de identidade e pertencimento entre os pernambucanos, o que reflete a importância do papel das instituições regionais na construção da memória coletiva.

Outro ponto central no trabalho tanto do IHGB quanto do IHGPE foi a preocupação com a acessibilidade das fontes documentais. Como destaca Motta (2016), a organização dos acervos e a disponibilização de documentos para consulta pública por essas instituições foram fundamentais para o desenvolvimento da pesquisa histórica no Brasil. Essa acessibilidade permitiu que um número cada vez maior de pesquisadores tivesse acesso a fontes primárias, o que, por sua vez, fomentou a produção de novos estudos históricos, contribuindo para o avanço do conhecimento no campo. A democratização do acesso aos documentos históricos é, portanto, uma das grandes contribuições dessas instituições para a pesquisa e para a própria preservação da história nacional e regional.

A preservação do patrimônio documental, no entanto, não se limitou aos registros escritos. Como observa Franco (1990), tanto o IHGB quanto o IHGPE também se dedicaram à catalogação e preservação de artefatos culturais, como obras de arte, mapas e objetos históricos. Esses itens são parte integral do patrimônio cultural brasileiro e sua conservação é crucial para garantir que as gerações futuras possam compreender e valorizar

a riqueza cultural do país. Ao preservar esses artefatos, as instituições não apenas garantiram a continuidade do conhecimento histórico, mas também ajudaram a proteger elementos culturais que poderiam ter sido marginalizados ou esquecidos ao longo do tempo.

É importante notar que a preservação da história e da cultura possui uma dimensão política significativa. Bethell (2014) argumenta que o IHGB, ao selecionar e promover determinados aspectos da história e da cultura brasileiras, desempenhou um papel na consolidação do poder das elites e na promoção de uma narrativa histórica que privilegiava certos grupos sociais em detrimento de outros. Isso reflete a complexidade do processo de preservação do patrimônio cultural, que muitas vezes é influenciado por interesses políticos e sociais. No entanto, como Bethell (2014) também observa, tanto o IHGB quanto o IHGPE passaram, ao longo dos anos, a incorporar novas perspectivas, incluindo aquelas de grupos antes marginalizados na historiografia oficial. Isso demonstra que a preservação do patrimônio documental e cultural é um processo dinâmico, que evolui conforme as demandas sociais mudam e novas vozes são integradas ao discurso historiográfico.

5 O INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE PERNAMBUCO (IHGPE) E SUA RELEVÂNCIA REGIONAL

Uma das missões do IHGPE não é apenas documentar a história local, mas também assegurar que essa história fosse valorizada dentro do contexto nacional. Como destaca Azevedo (2012), o Instituto foi fundamental para o desenvolvimento de narrativas históricas regionais que se articulavam com o projeto de construção da identidade nacional brasileira, mas sem perder de vista as especificidades locais. Em Pernambuco, uma região marcada por sua rica tradição cultural e por eventos históricos de grande relevância, ele desempenhou um papel estratégico na preservação de documentos, na promoção de debates intelectuais e na produção de conhecimento sobre a história do estado e do Brasil.

O contexto em que foi fundado é crucial para entender sua relevância. O século XIX foi um período de grandes transformações no Brasil, marcado pela transição de uma sociedade colonial para uma nação independente, que buscava se afirmar tanto internamente quanto no cenário internacional. Pernambuco, por sua vez, ocupava uma posição de destaque no cenário político e econômico do país, sendo palco de importantes revoltas e movimentos

sociais que moldaram o destino da nação³. De acordo com Gondim (2011), surgiu em meio a um ambiente intelectual vibrante, no qual os debates sobre a identidade pernambucana e sua relação com o restante do Brasil estavam no centro das atenções.

A fundação foi, portanto, uma resposta às demandas por uma maior valorização da história local. Enquanto o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838, atuava principalmente no eixo Rio-São Paulo, o IHGPE assumiu a responsabilidade de promover a história e a cultura de Pernambuco. Motta (2016) argumenta que o Instituto foi essencial para a consolidação de uma historiografia regional que, embora dialogasse com a história nacional, buscava destacar as particularidades de Pernambuco, seus conflitos, suas tradições e seu papel na formação do Brasil. Nesse sentido, o IHGPE contribuiu para a construção de uma narrativa que reafirmava a importância da região no contexto mais amplo da história brasileira.

Um dos principais méritos foi a sua capacidade de articular intelectuais, políticos e historiadores em torno de um projeto comum de preservação e valorização da memória pernambucana. Segundo Câmara (2015), o Instituto reuniu alguns dos mais proeminentes nomes da intelectualidade local, que se dedicaram a investigar e documentar a história da região, desde o período colonial até os eventos mais recentes. Ao longo de sua existência, acumulou um vasto acervo de documentos, manuscritos e registros que são fundamentais para o estudo da história de Pernambuco e do Brasil. Esse acervo, além de preservar a memória da região, também serviu como base para a produção de uma historiografia sólida e respeitada.

Outro aspecto importante foi a sua capacidade de promover debates e reflexões sobre o papel de Pernambuco na formação da nação brasileira. Reis Filho (2010) sugere que o Instituto não apenas preservou documentos e registros históricos, mas também desempenhou um papel ativo na construção de uma narrativa que colocava Pernambuco como uma região protagonista na história do Brasil. Movimentos como a Revolução Pernambucana de 1817 e a Confederação do Equador de 1824, por exemplo, foram temas recorrentes nos debates e estudos promovidos pelo Instituto, que buscava destacar a importância desses eventos para a formação do estado e do país.

³ É possível citar fenômenos como as *Invasões Holandesas* (1624-1654) e a decorrente *Insurreição Pernambucana* (1645-1654), a *Guerra dos Palmares* (travada ao longo do séc. XVII, em época na Capitania de Pernambuco), a *Revolução Pernambucana* (1817), a *Confederação do Equador* (1824) e a *Insurreição Praieira* (1848-1850).

A relevância no cenário regional também se deve à sua atuação como um espaço de encontro e diálogo entre diferentes gerações de intelectuais. Silva (2017) observa que o Instituto sempre foi um espaço de discussão e produção de conhecimento, onde historiadores, geógrafos e outros estudiosos se reuniam para compartilhar ideias e promover a investigação sobre a história de Pernambuco. Essa troca de ideias foi fundamental para o desenvolvimento de uma historiografia regional crítica e diversificada, que não apenas valorizava o passado, mas também refletia sobre os desafios e possibilidades do presente.

O papel na consolidação da historiografia regional pernambucana não pode ser subestimado. Ao longo de sua história, o Instituto tem sido um dos principais responsáveis por promover a pesquisa histórica na região, organizando congressos, publicando livros e periódicos e incentivando o estudo da história local. Viana (2014) destaca que foi pioneiro na organização de eventos que reuniam intelectuais de várias partes do Brasil, criando um espaço de troca de experiências e conhecimento que foi essencial para o desenvolvimento da historiografia pernambucana. Esse intercâmbio de ideias não apenas fortaleceu a produção intelectual local, mas também ajudou a projetar Pernambuco no cenário nacional.

A atuação, no entanto, não se limitou à preservação do passado. O Instituto também desempenhou um papel importante na formação de uma consciência histórica que conectava o passado com os desafios contemporâneos. Gondim (2011) destaca que sempre esteve atento às mudanças políticas e sociais que ocorriam em Pernambuco e no Brasil, e buscou promover debates que refletissem sobre essas transformações. Dessa forma, o Instituto conseguiu manter-se relevante ao longo dos séculos, adaptando-se às novas demandas e continuando a ser um espaço de produção de conhecimento histórico.

Um exemplo dessa atuação contemporânea foi sua participação nos debates sobre o papel das elites regionais na formação do Brasil imperial. Reis Filho (2010) argumenta que o Instituto foi um dos principais responsáveis por promover uma reflexão crítica sobre o papel das elites pernambucanas na construção do estado imperial, destacando suas contribuições, mas também analisando suas limitações e contradições. Esses debates foram essenciais para a formação de uma historiografia regional que não apenas exaltava as elites, mas também reconhecia os conflitos e tensões que marcaram a história da região.

Além disso, tem desempenhado um papel crucial na preservação do patrimônio cultural e material de Pernambuco. Ao longo de sua existência, o Instituto tem se dedicado

a coletar, restaurar e preservar documentos históricos, objetos de valor cultural e registros iconográficos que são fundamentais para o estudo da história pernambucana. Camara (2015) destaca que o acervo do IHGPE é um dos mais ricos do Brasil, e sua preservação é essencial para garantir que as futuras gerações tenham acesso a essas fontes. Esse trabalho de preservação é especialmente importante em um país como o Brasil, onde muitas vezes o patrimônio histórico é negligenciado ou subvalorizado.

Por fim, o Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco não apenas consolidou-se como um guardião da memória regional, mas também como um espaço de produção intelectual que continua a influenciar o pensamento histórico contemporâneo. Azevedo (2012) sugere que o legado é visível na forma como a história de Pernambuco é contada e ensinada, tanto nas escolas quanto nas universidades. O Instituto tem sido fundamental para garantir que a história regional seja reconhecida e valorizada, não apenas como parte integrante da história do Brasil, mas também como um campo de estudo com suas próprias particularidades e desafios.

6 SOB AS SOMBRAS DO LEÃO DE BRONZE: O PAPEL DO INSTITUTO HISTÓRICO DE CARPINA (IHC) NA CONSTITUIÇÃO DA *COMUNIDADE IMAGINADA* CARPINENSE⁴

O Instituto Histórico de Carpina (IHC) é uma instituição de caráter privado sem fins lucrativos fundada em 11 de Setembro de 1962 por cidadãos interessados na preservação do patrimônio histórico municipal (MC, 2024). Seu idealizador foi o odontólogo e docente da Universidade Federal de Pernambuco José Eduardo da Silva Brito, que tinha se envolvido previamente na criação do Instituto Histórico de Igarassu, também em Pernambuco, onde antes residia. Animado pela experiência prévia, Brito articulou junto à elite econômica e política local em prol da criação de uma instituição congênera, que passou a contar com um quadro de associados que colaboravam financeiramente. Neste ponto, o IHC parece emular a experiência das “filiais estaduais” do IHGB, ao reunir intelectuais de variados interesses que reproduziam o *modus operandi* dos Institutos Nacional e Estadual, mas preservando as

⁴ A publicação deste artigo seria virtualmente impossível sem o auxílio de três pessoas. Em especial, manifestamos nossa profunda gratidão a Maria da Conceição Bastos da Silva (Dona Ceça), que de modo muito gentil e devotado tem aberto o espaço do Instituto Histórico de Carpina especialmente para nós, de modo que pudemos consultar e digitalizar o acervo de modo quase integral. Ademais, também externamos nossos agradecimentos a André Ricardo da Silva Melo e Isabella Mayara Felix Ramos Ribeiro, que atualmente cursam o mestrado do Programa de Pós-Graduação Profissional em Rede em Ensino de História (Profhistória) da Universidade de Pernambuco, enquanto pesquisadores diretamente responsáveis pela digitalização de boa parte do acervo do IHC.

especificidades caras ao lugar ao qual estava imediatamente relacionado (BARBOSA, 2014; FRANCO, 1990).

Vale ressaltar que, apesar da fundação do Instituto e da pujança dos pertencentes ao seu quadro associativo, o IHC ainda operou durante dois anos de forma improvisada, isto é, sem uma sede própria. A situação só foi remediada em 1964, com a inauguração da sede atual no aniversário da emancipação do município em uma cerimônia que contou com a presença do então governador Paulo Pessoa Guerra - que cortou a fita simbólica junto à porta (cf. imagem 1) -, do prefeito, dos vereadores e servidores de Carpina-PE, do pároco local, assim como de proprietários de engenhos, usinas e comércios da região.

Imagem 1 - Inauguração da sede do Instituto Histórico de Carpina pelo então governador Paulo Pessoa Guerra, em 11 de Setembro de 1964, por ocasião do aniversário de emancipação de Carpina-PE



Fonte: Instituto Histórico de Carpina (2024).

Com efeito, o casarão que ainda abriga o IHC está situado na Praça Lourival da Silva Bastos (antiga Praça da Bandeira), no centro de Carpina, onde antes houve tanto uma casa de locação quanto um cabaré. Todavia, após a doação do terreno de José Fernando Lobo (prefeito da cidade pouco depois) e reforma mediante a contribuição de outros fundadores e sócios da instituição, foi soerguido o referido espaço, com metade da área construída, correspondendo toda a face à esquerda da fachada atual (cf. imagens 2 e 3). A partir de então,

o IHC passou a operar como sede administrativa, local de encontro de associados, espaço de exposição permanente e arquivo de registros doados.

Imagens 2 e 3 - à direita, foto da fachada do Instituto Histórico de Carpina durante sua inauguração. Na ocasião, foram instalados alto-falantes sobre as entradas para os anúncios da solenidade. À direita, foto da fachada atual, que preserva em grande parte o arranjo original, exceto pela adequação de acessibilidade (o que reduziu a dimensão da porta de acesso), além de apresentar o prolongamento da construção.

Fontes: Instituto Histórico de Carpina e Arquivo Pessoal (2024).

Após sessenta anos de funcionamento, foi possível constatar que o IHC conta com um amplo e variado acervo documental, que cobre desde jornais de circulação local a documentos ligados à gestão municipal e da própria instituição, assim como um conjunto de mais de cinco mil



fotos da cidade de Carpina e de seus entornos ao longo do século XX. Há também um *corpus* de peças doado pelos engenhos da região para a produção de açúcar, assim como pinturas, fotografias enquadradas e avulsas, dinheiro (em cédulas e moedas), armas (brancas e de fogo) e mobiliário tradicional. Alguns espécimes de materiais ali depositados, sobretudo textuais e fotográficos, são as únicas cópias disponíveis da documentação sobre a História Local e Regional. Naturalmente, o IHC, assim como seu congêneres estaduais de maior amplitude (AZEVEDO, 2012), estava preocupado com a produção e conservação de narrativas históricas vinculadas com a identidade local. Consequentemente, o material ali abrigado tem maior inclinação com a Mata Norte

pernambucana e o Agreste Setentrional pernambucano, com particular apreço pelos registros ligados aos feitos e propriedades das elites agrícolas, industriais e políticas dessas regiões.

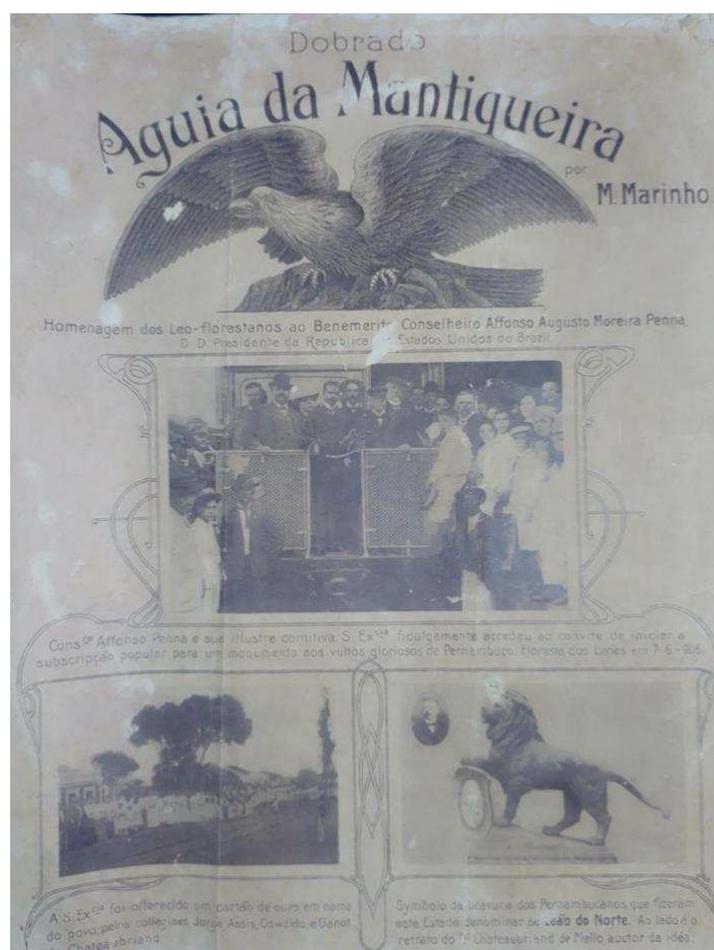
Ainda quanto ao universo dos jornais que ainda hoje encontram refúgio no Instituto (e para os quais daremos destaque nas páginas a seguir), mencionamos dois exemplares do *Floresta-Jornal* de 1928, que foram impressos em um tipo de tecido extremamente fino (e provavelmente únicos); além dele, ao *Carpinense*, que teve início em 1935 e perdurou até a década de 1940. Em paralelo, o trabalho de digitalização do acervo possibilitou identificar outras materiais similares publicados de modo esporádico e em paralelo com esforços mais longevos e consolidados ao longo do tempo.

Outrossim, ao que tudo indica, o IHC também colaborou de forma proativa na perspectiva educacional carpinense, vide o corpo documental relativo às premiações escolares, normativas adotadas pelo município, formaturas de estudantes e até mesmo de jornais estudantis. Além deles, fotografias que registraram cerimônias públicas com estudantes dentro da sede da entidade são relativamente frequentes no acervo. Seja como for, o acervo sugere que o IHC rapidamente assumiu um papel relevante para a sociedade carpinense, congregando a elite local e participando ativamente de diversas ocasiões dignas de nota, quer na elaboração da bandeira do município (a versão original ainda se encontra abrigada no cofre da Instituição), quer no registro documental e fotográfico de obras e construções públicas (Mercado Público, Praças, Prefeitura, Unidade Mista de Saúde, Escolas, Central Telefônica, calçamento de vias, construção de vilas habitacionais populares). Tal preferência não pode ser encarada como casuística, mas como elemento componente e fundamental para um modelo de projeto político em implementação na jovem cidade, assim como ocorreu com o IHGB quase um século antes (CARVALHO, 2003).

Entrementes, parece fortuito mencionar que, à luz da documentação consultada junto ao próprio Instituto, desde o início do século XX havia um forte interesse na emancipação da localidade - em época ainda alcunhada como “Mata dos Leões” e com territórios pertencentes aos vizinhos municípios de Nazaré da Mata (sede diocesana) e Paudalho, condição que foi obtida em 11 de Setembro de 1928. Todavia, a mobilização parece ter sido muito anterior, ainda da primeira década da centúria, assim como instrumentalizada por (e através de) figuras relevantes da política e do jornalismo nacionais

O *dobrado* (gênero musical) elaborado por Manoel Marinho por encomenda dos leoflorestanos (habitantes da região da atual cidade de Carpina-PE) em homenagem ao Presidente da República Affonso Eduardo Moreira Penna e intitulado *Águia da Mantiqueira* se tornou uma melodia de grande sucesso nos carnavais do Recife e Rio de Janeiro do início do século XX (SALDANHA, 2008, p.46-48). Por ocasião de sua visita dessas plagas através da linha férrea em 1906, Affonso Penna “accedeu ao convite de iniciar a subscrição popular para um monumento aos vultos gloriosos de Pernambuco” (1906, p.1). A iniciativa envolvia a produção de um leão de bronze para celebrar a alcunha pernambucana foi uma sugestão de Assis Chateaubriand, que vivia em Carpina em época, juntamente com sua família (1906, p.1). O símbolo, adquirido posteriormente, ainda repousa no centro da cidade sobre uma coluna na Avenida São José, onde também estão a Prefeitura, a Câmara dos Vereadores e a Igreja Matriz; entretantes, um exemplar do dobrado está aos cuidados do IH, no qual há destaque para a águia, a fotografia da chegada de Affonso Penna e do leão de Bronze (cf. imagem 4).

Imagem 4 - Reprodução do dobrado *Águia da Mantiqueira*, por Manoel Marinho. A águia e a fotografia da chegada do presidente via trem ocupam a maior parte da página principal, mas não deixa de destacar o leão de bronze o “auctor da idéa”, Francisco José Chateaubriand Bandeira de Melo.



Fonte: Instituto Histórico de Carpina (2024).

A nosso ver, a associação com o felino e, conseqüentemente, o primeiro nome da cidade, tal como o ímpeto para a produção do supramencionado dobrado, não foram fruto de um esforço coletivo e popular, mas da verve intelectual de Francisco José Chateaubriand Bandeira de Melo, pai do famoso jornalista, empresário e político Assis Chateaubriand, que ali viveu entre 1989 e 1909⁵. A rigor, antes disso, pouco ali havia: o lugarejo apelidado de Chã de Carpina abrigava um modesto comércio local (incluindo uma tanoaria) e um campo desmatado a golpe de foice. No entanto, tudo mudou com a instalação da estrada de ferro que fazia daquela localidade a bifurcação que seguia para Limoeiro e Bom Jardim (em Pernambuco); e, no outro ramal, para Nazaré da Mata (estendida *a posteriori* até a Paraíba). A estação em Chã de Carpina foi inaugurada em 1882, dando origem a um pequeno vilarejo planaltino que era recomendado para aqueles e aquelas que sofriam com doenças

⁵ Aqui nos parece que José Chateaubriand Bandeira de Melo alcançou a dimensão de intelectual apontada por Sirinelli, de modo que há um “engajamento na vida da cidade como ator” e, simultaneamente, uma clara intervenção no meio social (2003, p.243-261).

respiratórias. Era o caso de Maria Carmem Guedes Gondim, mãe de Assis Chateaubriand, o que levou a família a escolher Carpina como morada (DEMUTRANT, 2024; MORAIS, 2015).

Por esta razão, na biografia de Assis Chateaubriand, Fernando Morais (2015) celebrou que seu pai construiu ali uma casa e se afeiçoou a ela, plantando árvores e passando cada vez menos tempo em seu local de trabalho. Com efeito,

Quando as árvores cresceram e começaram a encher-se de folhas, ele passou a dizer que morava na “florestas dos leões” - uma homenagem a João Souto Maior, líder rebelde da Revolução de 1817 [...] aos poucos Floresta dos Leões deixou de ser a toponímia apenas da casa de Francisco José para se tornar o nome do lugar, como um todo [...] para reforçar, encheu a vila de leões esculpidos em madeira, bronze, cimento, gesso. Leões de todos os estilos e tamanhos podiam ser vistos por quem chegasse ali [...] apesar dos protestos generalizados contra denominação tão esdrúxula, ele insistia em só chamar o vilarejo pelo nome que lhe dera [...] em 15 de Dezembro, Francisco José Bandeira de Melo conseguiu sua grande vitória: naquele dia a prefeitura de Pau d'Alho, município ao qual o lugar estava ligado, baixou a lei nº 12, transformando Chã de Carpina em distrito e mudando-lhe o nome para Floresta dos Leões. E foi com este nome que o distrito transformou-se em vila, em 1909, e em município, em 1928 (MORAIS, 2015).

Diante disso, nota-se de modo bastante exemplar o processo de forja de uma *comunidade imaginada* nos termos de Benedict Anderson (2008 [1983]): não se trata de questionar sua falsidade ou legitimidade, mas o estilo pelo qual são imaginadas. Ademais, elas são limitadas, com fronteiras razoavelmente definidas, porém elásticas; soberanas, considerando qualquer sentimento de submissão injusta a outrem; e, por fim, enquanto comunidade, independentemente de situações de desigualdade ou exploração, concebendo uma espécie de companheirismo profundo, horizontal e fraternal (2008 [1983], p.31-34).

Naturalmente, a empresa de Bandeira de Melo, que aparentemente sofreu oposições, mas foi bem sucedida por ter sido capaz de propagandear abertamente e mobilizar esforços, associando o nome e a ideia ao passado (casuístico e inventivo) e ao presente, conectando ainda com a figura do presidente da República naquele momento. Consoante ao exposto, nota-se mais uma vez o esforço pelo protagonismo pernambucano na História (REIS FILHO, 2010), mas dirigido aos ditames e necessidades da esfera do vilarejo com anseios de cidade. Seja como for, apresentaremos de modo pontual como os três princípios apontados

neste parágrafo se fizeram sentir recorrentemente nos periódicos locais e regionais neste processo de reforço dessa jovem “comunidade imaginada”⁶.

Com efeito, ao consultar o *Floresta-Jornal* de 15 de Novembro de 1928, pouco mais de um mês da emancipação municipal, um texto anônimo celebrava o rápido desenvolvimento da jovem urbe: se menos de cinquenta anos antes ali havia apenas duas casas, as águas cristalinas, as frutas e frondosas árvores fizeram com que a “Floresta do Carpina” crescesse, em uma espécie de metáfora do desenvolvimento do “patriotismo de seus filhos”; ademais, Paudalho e Nazaré deveriam se alegrar pela emancipação de “vossa filha tão jovem e progressista [...] reunidas todas maiores e menores, ricos e pobres sem distinção de côr” (1928, p.2).

Consoante ao supramencionado, já nas décadas de 1930 e 1940⁷, após a emancipação do município, foi disseminada a ideia que a cidade crescia pelo mérito de seus habitantes e do executivo municipal, sem o envolvimento do governo estadual, necessitando deste modo de uma independência cada vez maior e coerente com o rápido desenvolvimento do novo município. Diante desse esforço, em uma matéria não assinada d’*O Planalto* de 4 de Março de 1934, há um forte apelo pela emancipação judiciária, por “motivos de ordem moral, material e economica, indiscutíveis e insophismaveis” (1934, p.1). Outrossim, a cidade era

visitada diariamente por centenas de pessoas extranhas, attrahidas pela sua bôa fama [...] os meios de transporte são rapidos e faceis porque temos estrada de rodagem, por onde trafegam quotidianamente dezenas de omnibus, centenas de automoveis particulares e de aluguel; temos igualmente estrada de ferro, com quatro trens diarios. O nosso clima é invejavel [...] o encanto e a esthetica de sua urbs, edificada com bom gosto e com carinho, dentro dos mais rigorosos preceitos de hygiene e de conforto. Floresta dos Leões possui todos os elementos precisos para viver por si, inteiramente, sem a tutela de outrem (1934, p.1).

⁶ Outrossim, uma vez que mencionamos os periódicos, Anderson chamou atenção como essa criação de comunidades imaginadas - e identidades - foi bastante reforçada pelo advento dos jornais, considerando a crença de pessoas comuns na repetição do ato da leitura por outros tantos mil que, assim como eles, conseguiam se enxergar naquelas páginas, de modo que ali estavam expressas e impressas as “raízes visíveis do mundo imaginado na vida cotidiana” (2008 [1983], p.68).

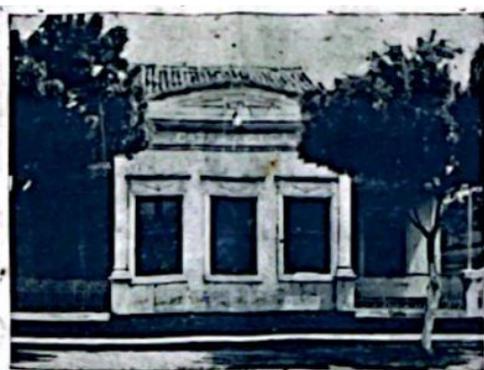
⁷ Constatam exemplares dos seguintes jornais junto ao Instituto em intervalos irregulares e condições distintas, mas que cobrem as periodizações propostas. Por se tratarem de jornais de circulação limitada, não é possível saber se o período de publicação é maior do que o assinalado a seguir. Seja como for, ao contrastar o fundo documental com bases mais amplas (Hemeroteca Nacional, Hemeroteca de Pernambuco, Biblioteca do Real Gabinete Português de Leitura de Pernambuco), tudo leva a crer que o IHC salvaguarda boa parcela dos últimos exemplares do *Floresta-Jornal* (1919-1931), *O Planalto* (1934-1950), *O Carpinense* (1935-1940) e *A Voz de Carpina* (1946).

Os apelos, aparentemente, foram ouvidos pelo então interventor federal no Estado de Pernambuco Carlos de Lima Cavalcanti: em Junho do mesmo ano, *O Planalto* celebrou na capa de duas edições (dias 17 e 24) a instalação da comarca da Cidade, que teve como primeiro juiz o então jovem filho homônimo de João Cabral de Mello. A mobilização política junto ao governo do Estado parece ter sido bastante intensa e bem sucedida: menos de um ano depois da emancipação judiciária, Floresta dos Leões inaugurou a Casa da Justiça, “a primeira no interior do Estado”, conforme *O Planalto* (1935, p.1). O texto não assinado é deveras alusivo do mencionado processo identitário, pois

depois de sua independência política, o nosso município, libertando-se da tutela em que vivera longos annos, não dormio sobre os louros da primeira victoria e iniciou, por intermedio dos seus filhos mais dilectos, da sua imprensa, da palavra fluente de seus oradores, da propaganda de seus amigos, da bôa vontade de quantos vinham e vêm gosar as delícias do clima maravilhoso desse planalto magnífico, do prestígio, do interesse e do amor dos seus dirigentes ,uma campanha intelligente e tenaz em prol de sua independencia judiciaria (1935, p.1, Os grifos são nossos).

A instalação se deu após o apelo de João Cabral de Mello Filho a Balthazar Pinto, prefeito da cidade, em prol da adaptação de um prédio na Praça São José, ao lado da Igreja Matriz da cidade - ainda razoavelmente conservado, mas atualmente sem relação com o poder judiciário (cf. imagens 4 e 5). A nova instituição foi intensamente celebrada nas edições de 5 e 12 de Maio de 1935 d’*O Planalto*. De fato, na edição do dia 12, o articulista afirmou que “hoje temos a Casa de Justiça; amanhã teremos uma cadeia, um grupo escolar do Estado e, depois, só o futuro nos dirá o que poderemos ter [...] daqui irradiarão, estou certo, novos commettimentos grandiosos, novas conquistas inteligentes” (1935, p.1).

Imagens 5 e 6 - Casa da Justiça e atual Secretaria Executiva da Juventude do município de Carpina-PE. Diferentemente de boa parte das construções carpinenses das primeiras décadas do século XX, esse prédio preservou características originais, ainda que com alterações na fachada - em parte como consequências do próprio desenvolvimento urbano da cidade.



Fonte: O Planalto e Voz de Pernambuco (1935; 2024).

Neste sentido, quer no dobrado *Águia da Mantiqueira*, quer no *Floresta-Jornal*, quer ainda n’O *Planalto* ou na fotografia de fundação do Instituto Histórico de Carpina-PE, a ordem trinária de Benedict Anderson (2008 [1983]) se faz sentir: a comunidade imaginada carpinense fazia questão de estabelecer limites diante de suas vizinhas (sobretudo Limoeiro, Nazaré da Mata e Paudalho); houve um grande empenho por sua emancipação política e jurídica, reforçando as já mencionadas limitações e estipulando sua soberania, “sem tutela de outrem” e prelúdio de outras conquistas; a combinação de ambos culminou assim em um processo bem sucedido de formatação da comunidade e identidade carpinenses, independentemente das diferenças (“maiores e menores, ricos e pobres sem distinção de côr”, cf. FLORESTA-JORNAL, 1928, p.2), alimentadas e retroalimentadas pelos jornais, pelos elementos do cotidiano e pelo reconhecimento de pessoas, lugares e ideias.

Portanto, não é por acaso que, décadas mais tarde, a inconstante publicação do próprio Instituto, denominada *O Emancipador*, tenha recobrado tanto laivos independentistas quanto identitários carpinenses das décadas anteriores. É interessante notar que *O Emancipador*, ainda que de vida curta (1964-1965), manteve o tom e as premissas de jornais de circulação local das décadas de 1930 e 1940, também abrigados na sede do IHC. Como tentemos sumarizar, nestes impressos há uma intensa e constante celebração da emancipação política e judiciária municipal em um nítido e sistemático esforço da forja de uma identidade carpinense - mantendo símbolos e valores do nome “inventado” da cidade, mas simultaneamente abraçando Carpina como seu “novo” (mas também antigo) nome.

Desta feita, além do mero empenho de conservar aquilo que lhe foi ofertado pela esfera pública e famílias prestigiosas da Mata Norte Pernambucana (especialmente de Carpina, mas também de Lagoa do Carro, Paudalho, Tracunhaém e Nazaré da Mata), o IHC

tentou produzir um material que mesclava interpretações das políticas nacional, regional e estadual (conquanto tenha se considerado “apolítico”) com acontecimentos relevantes da região, poesias de artistas locais, registros de festividades, anúncios de produtos e serviços (que ajudavam a custear os impressos), entre outras frentes consideradas pertinentes⁸.

Na tentativa de arrematar as ideias aqui apresentadas, citamos um texto assinado por Eustáquio Glicério de Barros nos números combinados 6-12 d’O *Emancipador* chamado “História de Carpina - 1.º Capítulo”, no qual o autor mencionou que párocos de Paudalho e Tracunhaém do final do século XIX e início do século XX aqui encontravam um tanoeiro (fabricante de barris de aguardente) e uma venda. Mas o nome teria uma origem distinta, uma vez que “os viajantes, quer do sertão quer de Limoeiro, de Bom Jardim, de Nazaré ou os que voltavam do Recife, anteriormente já tinham o propósito, pelo menos, de beber água da chã do Carpina ou no Carpina abreviadamente” (Barros, 1965, p.2). Neste ponto, notamos o papel desempenhado por um novo intelectual em um processo de reescrever pontualmente a trajetória desta urbe da Mata Norte, demovendo pontualmente o “mito leonino” introduzido pela família Bandeira de Melo, dando espaço para o nome “original”.

Considerações finais

Este estudo reafirma a relevância crucial dos Instituto Históricas em três instâncias - Nacional, Estadual e Municipal - na conformação de historiografias de múltiplos níveis e de processos de constituição de identidades e comunidades imaginadas interdependentes. Como era de se esperar, tanto o IHGPE quanto o IHC foram decisivos no desenvolvimento de uma narrativa histórica que buscou consolidar a identidade nacional brasileira, ao mesmo tempo em que valorizaram e vinculavam elementos da dimensão mais ampla às especificidades regionais.

Em última análise, o caso do IHC é particularmente interessante, uma vez que a produção da comunidade imaginada partiu de uma intervenção indireta de um agente nacional - então presidente Affonso Pena; mais diretamente, contou com o grande esforço

⁸ Na edição conjunta dos nrs. 6 ao 12, de 11 de Setembro de 1965, há um pequeno texto de autoria anônima intitulado “1.º Aniversário do Emancipador”, no qual atesta que a publicação “**não seria porém um jornal de mexiricos [sic] e boatos e sim um órgão noticioso, literário, apolítico**, enfim um jornalzinho onde os carpinenses podessem [sic] dizer e falar de sua terra, dos seus antepassados, cantar suas alegrias e registrar suas tristezas e levar para outras plagas tudo que tem de bom e belo” (*O Emancipador*, nrs. 6-12, 1965, p.1. O grifo é nosso).

político e propagandístico de Francisco José Chateaubriand Bandeira de Melo, que conseguiu consolidar assim o primeiro nome de Chã de Carpina como “Mata dos Leões”, mesmo com certa resistência local.

Apesar disso, a agência intelectual de Bandeira de Melo se mostrou fundamental para consolidar o primeiro lastro da comunidade imaginada carpinense, assim como um sentimento de identificação com o lugar. Como constatamos, os jornais locais mantiveram boa parte da construção, amparada décadas mais tarde pela ação, preservação e alardear do Instituto Histórico de Carpina - onde muito provavelmente os últimos exemplares de alguns jornais guardam sua morada.

REFERÊNCIAS

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDERSON, B. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

AZEVEDO, Fernando. **As Histórias Regionais no Brasil**. Recife: Editora Massangana, 2012.

BARBOSA, Francisco de Assis. **O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BETHELL, Leslie. **Brasil: Uma História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CAMARA, Eduardo C. de. O IHGPE e a história pernambucana. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco**, v. 28, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: A elite política imperial**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEMUTRANT. **140 Anos da Inauguração da Estação Ferroviária de Carpina 1882**. Disponível em demutrant.carpina.pe.gov.br Acesso em 30 set. 2024.

DIAS, Maria Odila da Silva. **A interiorização da metrópole: História e poder no Brasil.** São Paulo: Editora Perspectiva, 2005.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História e Tradição: O IHGB e a história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1990.

GONÇALVES, Thiago Lima Nicodemo. O IHGB e a formação do cânone historiográfico brasileiro. **Revista Brasileira de História**, v. 33, n. 65, 2013.

GONDIM, Elpídio A. **Pernambuco e a formação do Instituto Histórico.** Recife: Editora Universitária da UFPE, 2011.

MATOS, Ilmar Rohloff de. **O Tempo Saquarema: A Formação do Estado Imperial.** São Paulo: Hucitec, 2004.

MEIRA, C.N. **Instituto Histórico e Geográfico de Pelotas - IHGPEL: um estudo sobre origem, constituição e administração de um lugar de memória.** Dissertação. Pelotas: Universidade Federal de Pelotas/Programa de Pós-Graduação em Educação, 2015.

MIGUEL, M.C.; FURTADO, M.F.; SILVA, L.C. Experiências no Instituto Histórico e Geográfico de Vila Velha: Relato de estágio supervisionado, múltiplas vivências arquivísticas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 27, n. 1, p.1-15, jan./abr., 2022.

MORAIS, F. **Chatô, o rei do Brasil - A vida de Assis Chateaubriand, um dos brasileiros mais poderosos desse século.** São Paulo: Cia das Letras, 2015 (ebook).

MOTTA, Márcio. **O Pensamento Histórico no Nordeste.** Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

NEVES, Lucia Maria Bastos P. **O Império em Construção: Projetos de Brasil e nação entre o fim do século XVIII e a chegada da corte.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

OLIVA, T.A. VII Congresso dos Institutos Históricos do Nordeste. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 51, p.223-229, 2021.

REIS, José Carlos. **A História Entre a Filosofia e a Ciência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

REIS FILHO, José dos. **Pernambuco Imperial: A formação de uma elite regional**. São Paulo: Cortez, 2010.

SALDANHA, L.V. **Frevendo no Recife: a música popular urbana do Recife e sua consolidação através do Rádio**. Tese. Campinas: Universidade de Campinas/Instituto de Artes, 2008.

SANCHEZ, Edney C. T. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro: um periódico na cidade letrada brasileira do século XIX*. 2003. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica: As questões de imigração no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 1997.

SILVA, Hélio Pereira da. **A História e Memória no IHGPE: Contribuições para a pesquisa histórica**. Recife: Editora Universitária, 2017.

SIRINELLI, J.-F. Os intelectuais. *In: RÉMOND, R. (Org.). Por uma história política*. 2. ed. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p.231-269.

SOUSA, Otávio Tarquínio de. **História do Brasil Imperial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

VIANA, Luís A. M. **O Papel do Instituto Histórico de Pernambuco na Consolidação da Historiografia Regional**. Recife: Editora EDUPE, 2014.

WEHLING, A. **De formigas, aranhas e abelhas: reflexões sobre o IHGB**. Rio de Janeiro: IHGB, 2010.

WEHLING, Arno. Unidade, diversidade, sociabilidade: o IHGB nos seus 170 anos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p.201-208, jan./jun., 2009.

Recebido em: 02 de outubro de 2024

Aprovado em: 02 de dezembro de 2024